

Perspectiva geográfica sobre o patrimônio arquitetônico da cidade da Lapa, PR

Geographic perspective of the architectural heritage of the city of Lapa, PR

Naomi Anaue Burda^[a], Leonel Brizolla Monastirsky^[b]

^[a] Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Mestre em Geografia pelo Programa de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR - Brasil, e-mail: naomi.burda@gmail.com

^[b] Doutor em Geografia pelo Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR - Brasil, e-mail: leonel@uepg.br

Resumo

A cidade da Lapa foi fundada em 1794 e seu povoamento ocorreu por meio do Tropeirismo. Com esta atividade formaram-se as primeiras famílias e construíram-se as primeiras edificações para moradia e serviços. Ao longo da transformação de povoado em vila, depois freguesia e finalmente cidade, a Lapa mantém um patrimônio arquitetônico bem preservado – seu centro histórico foi tombado em 1989 pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A área do centro histórico é composta por 14 quarteirões com 235 imóveis, formados por edificações com arquitetura do estilo neoclássico, colonial português, luso-brasileiro, italiano, uma senzala e uma casa em estilo inglês. Considerando que a maioria da produção científica sobre o patrimônio cultural edificado da cidade da Lapa apresenta exclusivamente cunho histórico e turístico, o presente artigo tem como objetivo ampliar a discussão sobre esse patrimônio e apresentar também um olhar geográfico para o tema. Desta forma, busca-se com esse trabalho contribuir para o âmbito da ciência geográfica no que diz respeito à relação entre o espaço urbano e o patrimônio cultural.

Palavras-chave: Lapa. Cultura. Patrimônio arquitetônico.

Abstract

The city of Lapa was founded in 1794 as a result of Tropeirismo. From the movement of mule herdsman, pioneer families were settled and some edifications were built for housing and services. After the local transformation from village to city, Lapa maintains a preserved architectural heritage – its historic center area was officially declared historic heritage in 1989 by the National Institute of Historic and Artistic National Heritage. Fourteen blocks with 235 buildings compose Lapa's historic center area, where can be found neoclassic, portuguese colonial, luso-brazilian and italian architecture styles, as well a slave habitation and an english-style house.



Considering that majority scientific production about Lapa's built heritage adopts an historical and touristic point of view, this paper aims to widen the debate and present a geographical understanding of the thematic. Thus, this research seeks to contribute with geographic science, especially in the relation between urban space and cultural heritage.

Keywords: Lapa. Culture. Architectural patrimony.

Características histórico-geográficas da cidade

A cidade da Lapa surgiu em função do Tropeirismo, atividade econômica que contribuiu para o desenvolvimento nacional e para a ocupação do interior dos Estados do Sul do Brasil. O comércio de gado e muarens entre o Sul, São Paulo e Minas Gerais foi suficientemente importante para influenciar as organizações espaciais, sociais e culturais de muitas cidades dessas regiões.

Foi através dos caminhos¹ que transpunham os campos do sul do Paraná que, a partir do século XVIII, a Coroa Portuguesa concedeu terras – Sesmarias – que incentivaram a atividade pastoril e o desenvolvimento de alguns locais. Essas sesmarias foram decisivas para a constituição da estrutura social agrária da região, compostas por fazendeiros, tropeiros, capatazes, peões e negros escravos. Desta forma, com a necessidade de abastecer os tropeiros e de fornecer serviços relativos aos cuidados com as tropas, em 1731 surgiu o povoado de Capão Alto, evoluindo posteriormente para Freguesia de Santo Antonio em 1797, Vila Nova do Príncipe em 1806, e em 1872, município e cidade da Lapa (FERREIRA, 1996).

Durante o período do Tropeirismo se intensificaram outras atividades nos campos do Paraná (Campos Gerais): a agricultura, o artesanato, a indústria do couro e a extração de madeira e erva-mate.² No folclore, a “Congada da Lapa”³ destaca-se como uma das principais manifestações culturais, e na arquitetura houve a implantação de um estilo de construção de origem mineira e paulista, com técnicas de edificação como a “taipa de pilão”, o “pau a pique” e o

uso da pedra (BIGARELLA; BLASE; BREPOHL, 1997, p. 101-102).

Essas características econômicas e culturais, associadas a fatos históricos relevantes como o “Cercos da Lapa”⁴ e a vinda de imigrantes germânicos, eslavos e italianos (a partir da década de 1820) contribuíram para a caracterização econômica, política, social e cultural da cidade da Lapa (Figura 1) e, conseqüentemente, do seu patrimônio cultural, sobretudo o patrimônio edificado – objeto principal desta análise.

Espaço urbano e patrimônio arquitetônico

Espaço urbano da Lapa

O patrimônio cultural compõe o espaço urbano quando mostra seus traços históricos e a história das relações sociais. A preservação do patrimônio cultural edificado colabora para o reconhecimento identitário do indivíduo – que colabora para a integração deste com a própria sociedade – e possibilita o conhecimento cultural daquele que exerce o turismo na região.

Nas discussões no âmbito da Geografia, tanto a Geografia Urbana quanto a Geografia Cultural estudam o patrimônio cultural (material e intangível) e analisam de que forma eles estão configurados nas cidades – organização e apropriação do espaço – e sobre o processo (muitas vezes conflituosos) da escolha desses patrimônios, a sua preservação (inclui-se também o restauro) e os seus usos.

¹ Entre os vários caminhos que os tropeiros percorreram, o principal chamava-se “Caminho do Viamão”.

² Após o Tropeirismo, o processo de extração, beneficiamento e exportação de erva-mate, passou a ser a atividade central do estado do Paraná (KERSTEN, 2006).

³ Dança dramatizada denominada congada – provavelmente trazida pelos escravos vindos do Congo.

⁴ Em fevereiro de 1894, a Lapa foi invadida pelo exercito revolucionário dos federalistas rio-grandenses, que tinham o objetivo de avançar até a capital do país para tomar o poder de Floriano Peixoto. A cidade se transformou em uma praça de guerra, resistindo durante 26 dias, sob o comando das tropas legalistas, no episódio que ficou conhecido como Cercos da Lapa.

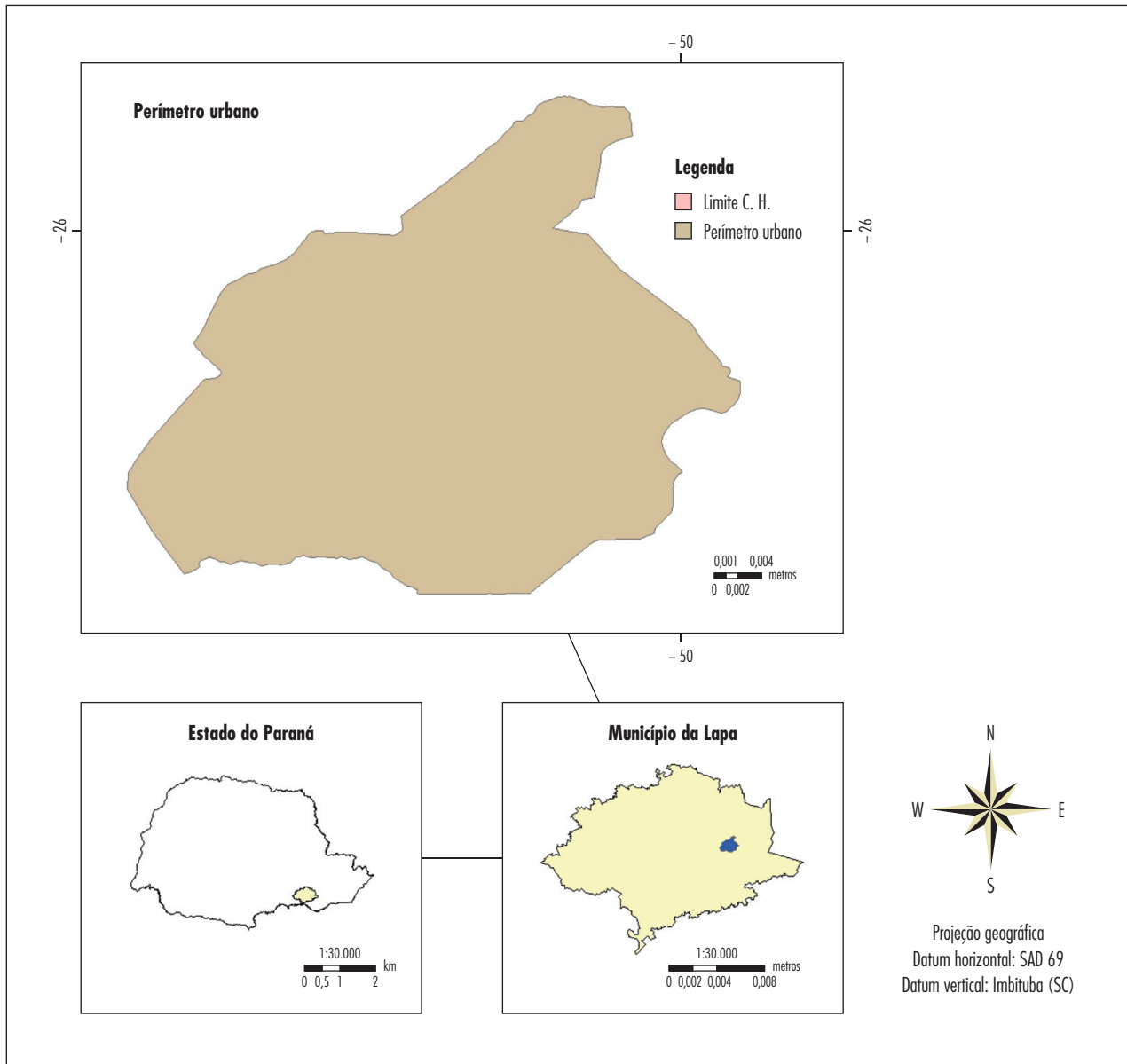


Figura 1 - Mapa de delimitação do município, perímetro urbano e centro histórico da Lapa

Fonte: Atlas digital do Patrimônio Cultural da Lapa. Org.: BURDA, 2009.

O patrimônio pode influenciar as intenções presentes no espaço geográfico, conforme afirma Henry Lefebvre: “el espacio desempeña un papel o una función decisiva em la estructuración de una totalidad, de una lógica, de um sistema” (LEFEBVRE, 1976, p. 24). Por exemplo, no Centro Histórico de uma localidade, as funções que estão sendo desempenhadas no espaço, as movimentações populacionais daquela área, os investimentos e novas infraestruturas que podem ser implantados para a melhoria da qualidade do local, entre outros.

O espaço geográfico, considerado como espaço vivido e como consequência da prática social dos habitantes ao longo da história, demonstra-se também a partir da presença dos edifícios tombados, o Centro Histórico também como um espaço social, onde foi construído, produzido e projetado o espaço urbano. O autor mencionado discorre sobre quatro hipóteses para o espaço. A primeira é o espaço “puro”, transparente e inteligível, liberto de ideologia, interpretação e sabedoria. A segunda é sobre o espaço social “producto de la sociedade, comprobable y que

depende ante todo de la contrastación, por ende de la descripción empírica, antes de toda teorización” (LEFEBVRE, 1976, p. 29-31). Essa hipótese é adequada à questão central sobre o patrimônio cultural arquitetônico, pois as edificações são produtos da sociedade (habitantes, turistas, patrimônio). A terceira é o espaço não tendo nem um início, nem um fim, sendo um procedimento e um instrumento, um meio e mediação. É um instrumento político intencionalmente manipulado. A quarta explica o espaço como o mais importante de todos os instrumentos, sendo o pressuposto de toda produção e de toda troca. Está vinculado às relações sociais de produção, pois o consumo turístico na área de patrimônio cultural arquitetônico da Lapa se relaciona com outros espaços de produção (outras cidades históricas).

O objeto de estudo pode ser mencionado pelo consumo turístico que há em função do patrimônio arquitetônico tombado na Lapa, que se relaciona com outros espaços separados de produção (outras cidades históricas). São articulados com institutos de tombamento, que enviam verbas para sua manutenção e divulgação turística (Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, Secretaria Estadual de Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Lapa). Como os institutos fazem parte do sistema capitalista e também as demais cidades históricas existentes, na relação dialética espaço local – espaço global (ROCHA, 2008) estes são “reconstruídos”, modificados e apresentados aos turistas de modo que atraia o consumo para a cidade.

O autor ainda indica que o que se experimenta no momento é o surgimento da real sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001), uma construção que se dá contraditoriamente e conjuntamente com a expansão da cidade tradicional e da malha urbana historicamente constituída. A criação de novas necessidades e possibilidades no mundo do urbano, aliados à modernização da economia e da cultura, faz com que o direito à cidade passe a ser um tema fundamental. Porém, essas novas demandas devem estar aliadas à preservação, porque a sociedade urbana não deixa de ser resultado de construções passadas, não as devendo subestimar e sim a elas se complementar.

O autor ainda se refere ao espaço fazendo uma de suas maiores contribuições na ciência geográfica, em que o espaço social não deve ser visto como espaço absoluto, nem como criado pela sociedade e não deve

ter fins políticos: “o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 1976, p. 25).

O espaço urbano da Lapa foi criado a partir de edificações voltadas para os usos residenciais, comerciais e de serviços – principalmente com atividades associadas ao Tropeirismo. Mais tarde, essa forma foi alterada, pois após o Cerco da Lapa (1894) várias casas foram demolidas. Atualmente, as edificações fazem parte do patrimônio histórico e arquitetônico, sendo que alguns casarões tombados ainda exercem o uso residencial, enquanto outros são utilizados pelo poder público municipal.

Considerando que a estrutura funcional urbana também atribui sentido às relações que se estabelecem na sociedade, este sentido de organização social está presente na maneira como a sociedade lapiana se organiza e se relaciona com o espaço do patrimônio arquitetônico e com a sua identificação neste contexto. O processo reflete a interação dialética entre a estrutura, função e forma do espaço do patrimônio arquitetônico.

O espaço geográfico formado pelo patrimônio arquitetônico pode ser explicado pela noção de totalidade de Milton Santos (SANTOS, 2002), em que as partes formam a parte do todo, mas a totalidade não é somente a soma das partes. Portanto, a totalidade do patrimônio cultural é composta pelo conjunto das edificações tombadas, a composição da paisagem urbana, as relações sociais deste espaço e as significações do patrimônio e da memória social.

E ainda de acordo com Santos, esse espaço também apresenta suas rugosidades, que são os resquícios que ficam “do passado como forma, espaço construído e paisagem” (SANTOS, 2002, p. 113), os vestígios das coisas que se substituem e acumulam em todos os lugares – os chamados traços. O patrimônio arquitetônico do Centro Histórico da Lapa apresenta-se com esse arranjo, ou seja, as rugosidades percebidas como “restos de divisões do trabalho já utilizadas [...], os restos dos tipos de capital utilizados e as suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2002, p. 113).

E para complementar a ideia dos traços que compõem o patrimônio cultural, Corrêa (1997) define a cidade como a “expressão da cultura de um povo... que é dinâmica e se transforma, mas também acumulativa e que resulta de um movimento coletivo de ocupação de determinado espaço”. Argumenta

também que no espaço urbano permanecem as marcas da História. Esses componentes herdados, elementos que auxiliam na qualificação do espaço, denominados por traços, compõem a coesão de tempos diferentes no presente (LEPETIT, 2001).

Segundo pesquisadores de Saint Étienne, os traços formam o conjunto de fragmentos herdados dissonantes de que as cidades são feitas. O traço resulta de um distanciamento entre ritmos de evoluções diferentes (MONASTIRSKY, 2006, p. 17). Isso é visível nas ruas, nas praças, “na forma de implantação e principalmente na arquitetura dos edifícios” (PARANÁ, 1993, p. 16).

Assim, presume-se que toda a cidade histórica apresente traços, história e patrimônio. No entanto, no Estado do Paraná – cuja história da organização urbana é contada a partir do século XVI – poucas cidades definiram por lei a delimitação e preservação do centro histórico. As exceções são as cidades de Paranaguá, Morretes, Antonina e Lapa.

No caso da Lapa, o centro histórico foi definido e protegido pelo Plano Diretor de 1979, medida criada quanto alguns grupos sociais da sociedade perceberam que se não houvesse uma legislação incluindo a área do patrimônio, este seria totalmente destruído para ser substituído por novas construções. Atualmente, o zoneamento da cidade distribui-se por oito áreas, que abrangem a área central e treze bairros: Zonas Residenciais (três); Zona Comercial e Residencial; Zona Especial; *Centro Histórico*; Zona Industrial de Comércio e Serviços e Zona de Preservação Ambiental.

O centro da cidade concentra as atividades comerciais e o seu Centro Histórico contém lotes com usos residenciais, comerciais, turísticos e de serviços. Todas essas atividades, objetos deste estudo, concentram-se nas vias e logradouros, destacando-se as principais: Avenida Dr. Manoel Pedro, Praça General Carneiro e Rua Barão do Rio Branco (Figura 2).

Patrimônio cultural e arquitetônico

O conceito de patrimônio cultural foi discutido pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de Paris (IPHAN, 2007). Em um sentido mais voltado para o patrimônio arquitetônico, incluiu, entre outros as-

pectos, os conjuntos de construções isoladas ou agrupadas que, graças à sua arquitetura, unidade ou integração da paisagem, tem um valor importante para a história, à arte ou à ciência, entre uma série de outros aspectos (IPHAN, 2007).

O patrimônio cultural compõe o espaço geográfico e apresenta-se como um elemento importante para a análise da sua organização. O espaço geográfico é historicamente produzido e pode ser estudado a partir da sua funcionalidade e dos significados que vários elementos apresentam, por meio de uma composição do passado com o tempo presente. “O patrimônio cultural-histórico é, portanto, constituído através dos estratos do tempo, mas, também, pelos ‘olhares’ do presente que, associados, compõem diversos

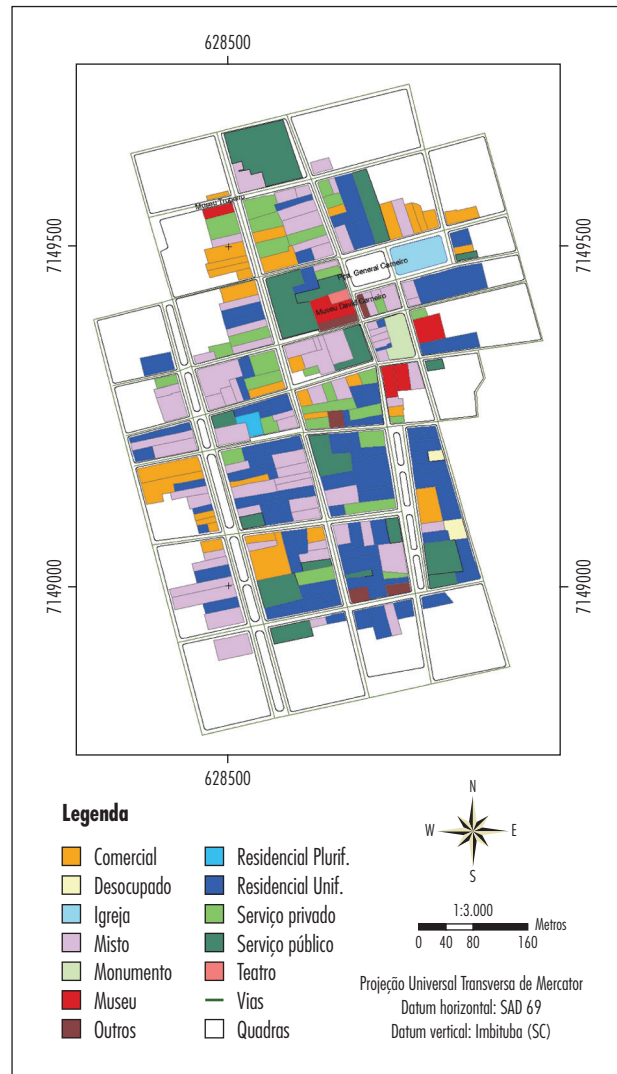


Figura 2 - Mapa de uso da terra atual do centro histórico da Lapa, PR
 Fonte: Atlas digital do Patrimônio Cultural da Lapa. Org.: BURDA, 2009.

desdobramentos conceituais sobre ele e sobre o espaço em que está inserido” (MONASTIRSKY, 2006, p. 29).

Esse espaço é compreendido em função do processo pelo qual se originou e a sua forma expressa o uso social atual. As formas de interação com o espaço, realizadas pela sociedade, resultam em função da ordem capitalista vigente e das decisões políticas. Seus traços são produto das práticas de poder da sociedade em determinado contexto (MONASTIRSKY, 2006).

Segundo Cifelli (2005, p. 31),

o olhar geográfico sobre o patrimônio cultural envolve a apreensão do relacionamento intrínseco entre tempo e espaço em constante mutação, implicando o reconhecimento do papel do movimento histórico na conformação de uma dinâmica sócio-espacial cujos arranjos, ritmos, relações e sentidos são ditados pela ordenação política, econômica e ideológica visando à concretização dos seus interesses ao longo da história.

Para Andrade (ANDRADE, 2007), o conceito de patrimônio arquitetônico, na visão da análise das políticas de preservação, foi evoluindo. A preocupação dos bens culturais inicia-se nos países europeus (século XIX), quando se considerava que apenas os monumentos históricos deveriam ser preservados. Os monumentos históricos se dividiam em monumentos clássicos herdados da antiguidade clássica greco-romana, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos e palácios. Esse conceito permaneceu até o fim da Segunda Guerra Mundial, com a inclusão das obras do Renascimento, em que os monumentos mais antigos eram considerados os mais importantes (ANDRADE, 2007).

Consta na Carta de Veneza (1964) a definição de patrimônio arquitetônico:

A noção de monumento histórico compreende a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações mas também as obras mais modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação histórica (ANDRADE, 2007, p. 10).

Durante o Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico (1975) houve novos debates a respeito do patrimônio, que resultaram no seguinte conceito:

Esse patrimônio (arquitetônico) compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, cidades, bairros e aldeias, que apresentam um interesse histórico e cultural (ANDRADE, 2007, p. 10).

No Brasil, mesmo se configurando como um país periférico quanto às políticas públicas adotadas ao patrimônio cultural, o conceito de patrimônio arquitetônico adota o plano internacional. Abrange um grande conjunto de bens, que são discutidos por órgãos de preservação, e inclui novos exemplares, como arquitetura industrial, arquitetura popular ou vernácula, as unidades de produção rural e a arquitetura moderna brasileira (ANDRADE, 2007).

E entre os Estados brasileiros há aqueles que se posicionam na vanguarda da adoção de medidas efetivas para a preservação do patrimônio cultural e há aqueles que são considerados periféricos nesta mesma ação. O Estado do Paraná é um exemplo do segundo grupo, considerando que a parte mais antiga da sua ocupação colonial – o “Paraná Pioneiro” – não apresenta um programa efetivo para a preservação do seu patrimônio cultural histórico. As exceções são as cidades de Paranaguá, Antonina, Morretes e Lapa, que apresentam parte dos seus centros históricos preservados e, de outra forma, algumas cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Tibagi que apresentam edificações, ou conjuntos de edificações pontuais preservadas, sendo algumas tombadas.

Patrimônio arquitetônico da Lapa

A área tombada da cidade da Lapa engloba 23,41 hectares, 20% dos quais servem à circulação de automóveis e pedestres, 2% são de espaços públicos e 78%, de edificações históricas. São 235 lotes de formato e dimensão variáveis, dos quais 222 são ocupados com 258 edificações e 13 estão vagos.⁵

Do total das edificações do Centro Histórico, quase 70% são de um pavimento. Integram também a área

⁵ PARANÁ, 1993. Há uma discordância quanto ao número de edificações por diversos órgãos, a Prefeitura e a Secretaria de Estado e Cultura enumera 235, o IPHAN 258.

de tombamento todas as edificações situadas no espaço externo e que estejam voltados para o entorno, incluído as esquinas. Esse acervo foi delimitado em um perímetro, que faz parte do tombamento da cidade (Figura 3).

As intervenções sobre o patrimônio estão frequentemente relacionadas ao poder público e ao poder do capital – geralmente associados. Estes agentes sociais influenciam o processo de escolha do que será considerado patrimônio, como serão realizadas as ações de preservação e recuperação (incluindo-se as técnicas de restauração) e também sobre a decisão das funções e dos usos que terão esses patrimônios (MONASTIRSKY, 2006).

Esse é um dos maiores problemas a respeito da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Muitas cidades ficam reféns da ação do poder público municipal, nem sempre compreendedor da necessidade

do cuidado desse patrimônio. Outra questão importante é a falta de políticas públicas que envolvam as três esferas do poder público. Torna-se necessário que as prefeituras sigam uma conduta uniforme de preservação, organizadas pelos Estados e com a participação da União.

Neste sentido, entre os trabalhos efetuados a respeito do patrimônio na cidade da Lapa, pode-se citar aquele da 10ª Superintendência Regional do Paraná do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na organização do Inventário de Referências Culturais, que realizou a primeira etapa para o registro da “cultura tropeira” no município da Lapa, cujo centro urbano histórico é tombado pelo mesmo instituto.

Portanto, há uma preocupação voltada à preservação do Centro Histórico da cidade, onde foi realizado um levantamento das características histórico-arquitetônicas dos imóveis, o trabalho de restauração destes e a concessão de verbas para a manutenção deste trabalho de preservação.

Em parceria com a Prefeitura e a Secretaria Estadual de Cultura do Paraná, recuperou-se o Museu Histórico, que a partir de 1952 teve o acervo transferido para Curitiba. Esses dois órgãos públicos realizaram trabalhos de restauração na Igreja Matriz de Santo Antônio, na cobertura, forro da nave, esquadrias externas e reconstituição da pintura, enquanto obras de conservação foram realizadas no Museu Casa Lacerda.

A Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná está encarregada dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná. É responsável pelos trabalhos de tombamento, restauração, conservação e divulgação dos bens culturais. Em relação à arquitetura, orienta, fiscaliza e efetua ações e projetos quanto às áreas históricas urbanas, aos bens edificados e àqueles de interesse de preservação. Também realizam levantamentos arquitetônicos de edifícios com valor cultural, diagnósticos e propostas de restauração, e desenvolve, em conjunto com os municípios, o planejamento das áreas urbanas dos Centros Históricos, entre eles o da cidade da Lapa. O órgão responsável pela divulgação, zelo do patrimônio e agendamento de visitas turísticas é a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Entre as edificações históricas importantes presentes na cidade da Lapa, os estilos arquitetônicos principais estão representados no mapa da Figura 4:



Figura 3 - Delimitação do centro histórico da Lapa
Fonte: Atlas digital do Patrimônio Cultural da Lapa. Org.: BURDA, 2009.

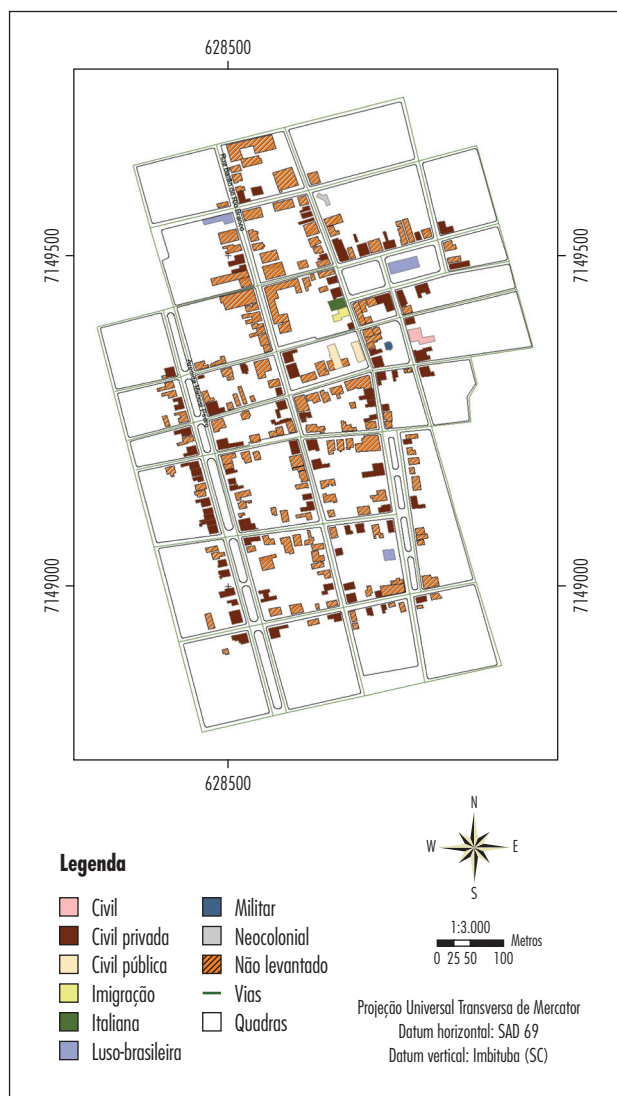


Figura 4 - Mapa da arquitetura do Centro Histórico da Lapa
Fonte: Atlas digital do Patrimônio Cultural da Lapa. Org.: BURDA, 2009.

Considerações finais

O patrimônio possui várias definições que foram evoluindo ou se adaptando ao contexto histórico e aos conceitos acadêmicos. Para que possamos compreender o significado do que é patrimônio, é necessário desmitificar a ideia capitalista de que ele é importante somente se atrai grande número de turistas, ou se consegue gerar lucro aos agentes ligados a ele. Analisar o contexto cultural em cada edificação, monumento, história oral, etc. permite compreender melhor os significados sobre o patrimônio. É importante não apenas apreciar e conhecer visualmente o patrimônio, mas sim apreendê-lo

enquanto instrumento de identidade, de memória e de reconhecimento. Reconhecer e associar a própria história à história da sociedade por meio do patrimônio cultural é um exercício de cidadania.

O turismo, sem dúvida um dos mais importantes agentes de promoção do patrimônio cultural, deve considerar o local não só pela visão de lazer e entretenimento, mas pelo seu valor intelectual, cultural e mnemônico. O patrimônio cultural resulta da construção histórica de um povo, que apesar de várias gerações depois terem suas vidas adaptadas à modernidade, carecem de preservar suas origens, para a melhor compreensão dos processos de sua cidade e da manutenção da sua própria identidade. Também é importante o incentivo à cultura e à memória local para a população não sofrer exageradamente as influências externas que tendem a transformar a cultura mundial numa mesma coisa. Esse processo pode tornar as cidades atraentes do ponto de vista do turismo cultural, principalmente nos países periféricos, em apenas um “modelo pronto” de cidade turística e patrimonial.

O patrimônio cultural de uma cidade deve, sobretudo, servir para a educação e o reconhecimento do cidadão local, para depois transformar-se num atrativo turístico que, em constante análise, pode se apresentar interessante para aquele que busca conhecer a cultura do outro.

Referências

- ANDRADE, A. L. D. **Trabalho relativo à história do IPHAN, à legislação que rege o órgão e sua organização, além da definição de patrimônio arquitetônico.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415>>. Acesso em: 29 maio 2007.
- BIGARELLA, J. J.; BLASE, O.; BREPOHL, D. **Lapinha: a natureza da Lapa.** Lapa, PR: Lar Lapeano de Saúde, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BURDA, N. A. **Geotecnologias aplicadas à gestão do patrimônio cultural na cidade da Lapa, PR:** construção do atlas digital do patrimônio arquitetônico. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

- CIFELLI, G. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG**. 2005. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Conceitos patrimônio material e imaterial**. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2007.
- KERSTEN, M. S. de A. **A Lapa e o tropeirismo**. Curitiba: 10ª Superintendência Regional do IPHAN, 2006. 176 p.
- LAPA. Câmara Municipal. Lei n. 15, de 8 de abril de 1948. **Cria a primeira e a Segunda zona da cidade**. Disponível em: <<http://www.camaralapa.pr.gov.br/leis/1948/15.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2007a.
- LAPA. Prefeitura Municipal. **Dados gerais do município**. Disponível em: <www.lapa.pr.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2007b.
- LEFEBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovias**: patrimônio cultural, estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais. 2006. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. **Lapa: um passeio pela memória**. Coordenação Rosina Coeli Alice Parchen. Redação final Teresa Urban. Curitiba: SEEC, 1993. (Cadernos do patrimônio. Série estudos; 4).
- ROCHA, A. R. P. **A dialética entre o global e local**: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural. Disponível em: <[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=tp &page=article&op=view&path%5B%5D=396&path%5B%5D=288](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=tp&page=article&op=view&path%5B%5D=396&path%5B%5D=288)>. Acesso em: 10 out 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

Recebido: 10/01/2011

Received: 01/10/2011

Aprovado: 05/04/2011

Approved: 04/05/2011